

O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS: ASPECTOS DE
UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA
REGIÃO DE MARABÁ (PA)

Iara Ferraz*

Este projeto tem por objetivo dar continuidade efetiva a um trabalho de pesquisa iniciado em 1975 na região sudeste do Pará, onde a implantação, nesta última década, de programas multisetoriais de grande escala, com vultosos investimentos estatais e privados, nacionais e transnacionais, como Tucuruí e o Programa Grande Carajás, vem afetando, de modo específico, a existência de populações indígenas e camponesas, migrantes ou ocupantes tradicionais da região.

O interesse despertado por esses programas de desenvolvimento é crescente em vários campos acadêmicos. Não existe, todavia, um consenso explícito sobre sua definição, sobre o modo como se inserem no desenvolvimento capitalista ou mesmo como se articulam com as estruturas sociais existentes.

Segundo Scudder e Colson (1982:268, cf. Bartolomé, 1985), "esta é uma época de planos nacionais de desenvolvimento que exigem a construção de barragens e outras grandes obras de engenharia", aludindo às pressões econômicas de grandes grupos empresariais. Kathleen Murphy (1983) considera que os anos 70 foram a década do desenvolvimento do que ela denomina macroprojetos no terceiro mundo - que exigem, em geral, mais de 100 milhões de dólares - quando mais de 900 foram iniciados.

A preocupação com as consequências sociais das inovações é tradicional na antropologia; no entanto, são recentes e inúmeros os trabalhos de investigação que justificam a existência de uma literatura de "avaliação dos impactos sociais". Entre outros, Aspelin (1982), Aspelin e Santos (1978), Barham (1984), Bartolomé (1985), Duqué (1980), Evans

* Estagiária do Museu Nacional

(1979), Hansen e Oliver-Smith (1982), Partridge (1982), Scudder e Colson (1982), *Bourne (1978) e Bunker (1975)*.

Essa literatura está voltada, sobretudo, para a generalização dos efeitos a partir de estudos realizados em contextos sociais distintos (cf, Sigaud, 1986:4). De acordo com esta ótica, os impactos resultantes de uma intervenção de agências de desenvolvimento - governamentais ou privadas - consistem em respostas culturais da população. Tratam de reações (impactos) a estímulos (intervenção) e os projetos acabam por ser definidos pelo gigantismo, isolamento (enclaves) e pelo seu caráter temporário, grupos de determinações que se sobrepõem e que devem estar presentes simultaneamente.

Tal como sugerido em trabalho recente (Sigaud, op. cit.), uma perspectiva diversa e profícua consiste em tratar da articulação da intervenção do Estado com as consequências sociais - ou melhor, com os movimentos sociais existentes - enquanto processos de transformação social que se desenvolvem a partir de estruturas sociais pré-existentes e sistemas de organização social específicos. Esta abordagem possibilita focalizar as populações afetadas como sujeitos de movimentos sociais, permitindo investigar novos parâmetros para a análise dos "impactos" dos chamados grandes projetos, na medida em que incorpora as dimensões políticas e estruturais na própria investigação (Sigaud, idem:6).

Uma das características do Programa Grande Carajás é exatamente a fragmentação das informações oficiais disponíveis, decorrente talvez do próprio fato de se tratar de um programa multisetorial que atende interesses transnacionais; tentativa de incorporação definitiva da Amazônia num sistema global de exploração de recursos naturais não-renováveis.

A chamada "província mineral de Carajás", uma área de 420 mil hectares, situada no município de Marabá (sudeste

do Pará) é considerada uma "anomalia geológica" dada a concentração de minérios - ferro, ^{alumínio} manganês, cobre, ouro, cassiterita, ^{nióbio} nióbio e outros - cujo potencial é pouco conhecido (apenas 20%, segundo Guerreiro, Câmara dos Deputados, 1981). A regularização fundiária dessa área é pretendida, desde 1981, pela Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal responsável pela implantação da infra-estrutura do Programa Grande Carajás, um "corredor de exportações" compreendendo as instalações na área da mina, a construção e operação da Estrada de Ferro Carajás (890 km) e dos portos de Itaquí e Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Esta infra-estrutura possibilitará a instalação de projetos industriais e pecuários na "área programa" - cerca de 820 mil km² - apoiados em incentivos fiscais (isenção de IR, IPI e ICM por dez anos) concedidos pelo Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, órgão do poder executivo instituído pelo decreto-lei nº 1813 de 24.11.80, para gerir o Programa. Os investimentos globais estimados [para o Programa] são da ordem de 61,7 bilhões de dólares (Ciência Hoje, ano 1, nº 3, 1982), captados sobretudo através de financiamentos multinacionais (IBASE, 1983).

Uma concepção de "progresso" e de modernização, de inovações tecnológicas e de adoção de técnicas industriais em larga escala tem permeado o conjunto de atividades produtivas projetadas para a área do Programa Grande Carajás, que abrange o norte de Goiás, o sudoeste do Maranhão e o sul e o sudeste do Pará. A amplitude das transformações anunciadas e que começam a ter os primeiros elementos de realidade compreende o deslocamento do centro das atividades econômicas regionais (coleta e agricultura) para a indústria. O principal fator gerador de divisas, tradicionalmente apoiado numa articulação entre a agricultura e o extrativismo, passaria ao complexo industrial por uma célere intervenção governamental.

A política delineada nesta direção destaca-se através das resoluções do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e das iniciativas do Ministério da Agricultura, esboçadas na versão preliminar do Carajás Agrícola, datado de outubro de 1983.

Os planos de implantação de projetos de usinas de ferro-gusa, de ferro-ligas, de fábricas de cimento, de beneficiamento e industrialização de várias espécies vegetais, de instalação de destilarias autônomas de etanol carburante e de empreendimentos agropecuários voltados para a exportação apontam para a transformação de uma sociedade estruturada em base agrária em sociedade industrial, como que "ditada" pela intervenção governamental.

O complexo de atividades industriais, meticulosamente planejado, acompanhado de inúmeros estudos e análises das tendências de consumo e importação, de preço e comércio internacional relega, entretanto, a um plano bastante inferior a pequena produção agrícola, que até então tem carreado as maiores divisas para a região. A racionalidade econômica ali predominante omitiu a importância e o significado da presença na região sob a jurisdição do Programa Grande Carajás de um número superior a 500 mil posseiros, voltados fundamentalmente para o cultivo de arroz, mandioca^e milho, com apoio exclusivo no trabalho familiar. Essa camada camponesa, que foi se consolidando nos próprios meandros das frentes de expansão (cf. Velho, 1976), a despeito de sua proeminência na vida regional, só aparece nos planos como uma referência, assim mesmo, no capítulo alusivo à demanda de mão-de-obra necessária à consecução das atividades industriais previstas.

Este menosprezo da importância da pequena produção agrícola na economia regional revela a inexistência de estudos - pelas agências governamentais - relativos à articulação entre esta produção apoiada no trabalho familiar e aquelas oficialmente previstas e já em implementação. Evidenciam

esta omissão os altos índices de violência constatados nos conflitos envolvendo a posse da terra que têm ocorrido e se intensificado na região do Programa Grande Carajás, nos últimos cinco anos. Os acirrados choques de interesses espelham os efeitos da aplicação de planos grandiosos, que contraditam as regras que histórica e estruturalmente têm prevalência no sistema de relações sociais vigente.

Não se delineando claramente o tipo de articulação entre a organização dos pequenos produtores e a implantação dos novos empreendimentos, acumulam-se as dúvidas quanto às repercussões sobre a estrutura agrária, sobre o meio ambiente e sobre uma rede urbana que apresenta uma constelação de pequenos aglomerados, resultantes do processo de ocupação das regiões de mata pelos camponeses.

A ilustração mais significativa deste quadro esboçado diz respeito ao conjunto de iniciativas de caráter industrial em curso na região. No decorrer de 1985, os fatos que atualizam esta tendência podem ser traduzidos pelos projetos que tramitaram (e tramitam) a nível do Conselho Interministerial. Dão sequência a iniciativas anteriormente adotadas e constituem os elementos mais concretos dos empreendimentos industriais [em curso na região]. Desde 1981 até julho de 1985 foram aprovados pelo mencionado Conselho cerca de 28 projetos (ou 45, de acordo com informação verbal de um componente da Secretaria Executiva do Conselho). Entre estes, destacam-se "macro-projetos": Albrás (Alunorte), localizado no município de Barcarena (PA); Alumar (Alcoa), em São Luís (MA); Projeto Ferro-Carajás (Cia. Vale do Rio Doce), que se espalha com ramificações por toda a região do Programa, a despeito de atualmente concentrado na Serra de Carajás (PA) e o Projeto Energético da Barragem de Tucuruí (Eletronorte), também situado no Pará.

Entre os projetos industriais, 12 serão implantados no Estado do Pará, sendo dois projetos de ferro-gusa e 3 de ferro-ligas no município de Marabá (e Paraupabas, locali-

dade situada à entrada da "província mineral de Carajás"), com investimentos fixos superiores a 30 milhões de dólares e com prazos de implantação em torno de 18 meses, prevendo uma criação de empregos diretos não superior a 1.000.

Além de Marabá, os polos guzeiros previstos compreendem também o município de Açailândia (MA), com outros 5 projetos; os municípios circunvizinhos serão gravemente afetados, uma vez que serão transformados em áreas fornecedoras de carvão vegetal, matéria prima para as indústrias. Esse elenco de projetos deverá provocar um desmatamento regular de dimensões inimagináveis ou cerca de 100.000 ha/ano, em proporções mais elevadas do que as atualmente atribuídas aos projetos agropecuários e madeireiros.

De acordo com a ótica dos planejadores oficiais, os pequenos produtores rurais da região são considerados como "possíveis principais interessados" na produção de carvão vegetal necessário às usinas. Baseados neste raciocínio, acentuam que a quantidade de mão-de-obra "não especializada" que será utilizada por estes projetos guzeiros superará 20 mil empregos indiretos.

A "seleção" dessas áreas, conforme o "Plano de Desenvolvimento Rural Integrado dos Polos de Marabá e Santa Inês", é justificada em termos da "disponibilidade de recursos materiais e infra-estrutura, da ocupação econômica e do aspecto fundiário".^(sic) Tratam-se, no entanto, de variáveis aleatórias, cuja articulação requer uma análise aprofundada, prescindida na concepção do Programa Grande Carajás.

Não é explicitada, enfim, de que forma vai se dar a articulação da pequena produção camponesa com as necessidades desses projetos; há uma ilusão de que as técnicas tradicionais de obtenção de carvão vegetal pelos camponeses, através do aproveitamento dos restos dos roçados, possa ser convertida em produção de carvão em grande escala e de maneira sistemática. Supõe-se que os camponeses vão transformar sua atividade principal em acessória e suas atividades complementares - ou

pelo menos uma delas, a carvoeira - em fundamental. Este pode ser um pressuposto tecnocrático com sérias consequências para a dinâmica de reprodução social na região.

Entre as populações locais afetadas, dois casos serão selecionados, na região de Marabá, para ilustrar a abordagem comparativa aqui proposta: os índios Gavião-Parkatejê, habitantes tradicionais do médio Tocantins e grupos camponeses. O objetivo é investigar exatamente a diversidade de modos específicos de reprodução social que ali se verificam em contraposição à "homogeneidade" subjacente à ótica intervencionista do Estado, enquanto justificativa para a implantação dos megaprojetos.¹

Os Gavião-Parkatejê de Mãe Maria, um grupo Jê-Timbira, tiveram o seu território (situado a 30 km de Marabá) atravessado em toda a extensão por uma rodovia federal (1967), uma linha de transmissão de alta tensão (1979) e pela Estrada de Ferro Carajás (1982). Mais recentemente, iniciaram-se complexas negociações diretas dos Gavião com o governo estadual em função da passagem de uma rede elétrica (baixa tensão) paralela à rodovia e muito próxima à aldeia. E é exatamente na margem direita do rio Tocantins, numa localidade oposta ao território Gavião, que se pretende instalar o distrito industrial de Marabá, desencadeando ali novas e profundas transformações. A história recente dos Gavião (por mim tratada em dissertação de mestrado - USP, 1983) aponta para estratégias específicas engendradas pelo grupo tendo em vista o enfrentamento de situações críticas a sua própria existência como grupo étnico diferenciado naquela região.

A existência de pressões internacionais vinculadas aos chamados bancos multilaterais que aliam os empréstimos financeiros destinados aos mega-projetos à exigência de "proteção" ao meio-ambiente e às populações indígenas em "á-

1

Oportunamente, o trabalho de pesquisa deverá se estender à região de Açailândia, no Maranhão, permitindo ampliar assim a base comparativa.

rea de influência" (dos grandes projetos) fez com que este grupo indígena, juntamente com outros 13 em toda a área, fossem objeto de uma dupla intervenção do Estado. Diante da justificativa de "minorar os impactos" nas sociedades indígenas decorrentes da implantação da ferrovia de Carajás na região, o Estado destinou volumosos recursos, através de um convênio interinstitucional (Cia. Vale do Rio Doce-Fundação Nacional do Índio), com a duração de cinco anos. Esta situação, que ainda perdura, apresentou desdobramentos que virão a ser detidamente analisados neste trabalho,

Junto à área pretendida para a instalação do distrito industrial de Marabá está situado um projeto de colonização tornado oficial desde 1984. A "Gleba Sororó", no entanto, teve sua origem num processo de apropriação da terra por grupos camponeses em 1981, que passaram a organizar associações de pequenos produtores autônomos e assim fazer face ao eventual deslocamento daquela área². Pretende-se analisar ainda a vasta diversidade interna existente em termos das relações que os distintos setores da população local estabelecem com a empresa-Estado, representada pela Cia. Vale do Rio Doce nesta região de Marabá.

Conforme salientado anteriormente, é acentuada a fragmentação das informações disponíveis acerca do Programa Grande Carajás, dado o caráter centralizador do Conselho Interministerial que gere a sua implantação. O esforço deste trabalho vai consistir em reunir documentos oficiais produzidos pelas agências governamentais, assim como estudos por elas encomendados, material que será então submetido à análise. A investigação será realizada também a partir de dados disponíveis em relação aos Gavião-Parkatejê e junto às entidades representativas da população camponesa na região de Marabá.

² Quanto à Açailândia e Pequiá (MA), os movimentos de trabalhadores rurais parecem vir fortalecer o movimento sindical rural, situação que virá a ser analisada, em breve.

Este trabalho deverá dar origem a um conjunto de questões para aprofundamento e verificação através de trabalho de campo a ser reiniciado em 1987, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma perspectiva a ser incorporada aos estudos voltados para o planejamento regional, em bases reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASPELIN, Paul - 1982: "Too much Light-Hydroelectrics Development in Brazil", in Hydroelectrics in Central and South America, Bol. nº11, Anthropology Resource Center, Boston.
- ASPELIN, Paul e SANTOS, Silvio dos (org.)-1978: Projeto Uruguai - os barramentos e os índios, PPGCS, Univ. Fed. Santa Catarina (mimeo).
- BARHAM, J. e CAUFIELD, C.- 1984: "The problems that plague a Brazilian dam", in New Scientist, 11, oct.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (org.)-1985: Relocalizados: antropologia social de las poblaciones desplazadas, Buenos Aires, IDES.
- BOURNE, R.-1978: Assault in Amazon, London, Gollancz.
- BUNKER, Stephen - 1985: Underdeveloping the Amazon: Extraction, unequal exchange, and the failure of modern State, Urbana, Univ. of Illinois Press (mimeo).
- ~~Câmara dos Deputados~~ ^{27 e 26.8} - 1981: Simpósio Alternativas para Carajás. [Comissão de Minas e Energia, Comissão de Economia.]
congresso Nacional
- "Carajás: ^{o fundo do poço?} (a saída ou o fundo do poço?)", in Ciência Hoje, ^{vol. 1} ano 1, nº 3, 1982.
- DUQUÉ, Ghislaine - 1980: Casa Nova: Interventions du Pouvoir et Sstratégies Paysannes, doutorado 3eme. cycle, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris
- EVANS, Peter - 1979: Dependent Development: the Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil, Princeton, Princeton Univ. Press.
- FERRAZ, Iara - 1983: Os Gavião-Parkatejê das matas do Tocantins: a epopéia de um líder Timbira, dissertação de mestrado, USP. mimeo.
- IBASE - 1983: Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro, Rio de Janeiro, Achiamé.
- MURPHY, Kathleen - 1983: Macroproject Development in the Third World, Boulder, Westview Press.
- PARTRIDGE, William, BROWN, Antoinette and NUGENT, Jeffrey - 1982: "The Papaloapan Dam and Resettlement Project: Human Ecology and Health Impacts", in Hansen, A. and Oliver Smith. A. (eds.), Involuntary Migration and Resettlement: the problems and responses os dislocated people, Boulder,

Westview Press.

SCUDDER, Thayer - 1981: "What it means to be damned. The anthropology of large-scale Development Projects in the Tropics and Subtropics", in Engineering and Science, april, pp.9-15.

and COLSON, Elizabeth - 1982: "From welfare to development: a conceptual framework to the analysis of dislocated people", in Hansen, A. and Oliver-Smith, A.(eds.) - op. cit.

SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS - 1986: Plano Operativo para o Programa Grande Carajás para 1986, fevereiro.

SIGAUD, Lygia - 1986: Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho", PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Comunicação, nº 9.

VELHO, Otávio G. - 1976: Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Difel,